

Não haverá outro pacote: Sayad saiu vitorioso

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Desta vez o Ministro do Planejamento, João Sayad, ganhou. O Governo desistiu do plano, apresentado pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de realizar um realinhamento geral e imediato dos preços, de dar um abono salarial para todos os trabalhadores, em substituição ao gatilho (escala móvel que reajusta os salários toda vez que a inflação chega a 20 por cento) e de fazer um congelamento da cesta básica e dos principais insumos industriais, após o realinhamento.

O Governo não vai anunciar nenhum novo "pacote" ou Cruzado III, como passou a ser denominado. O realinhamento de preços será gradual e lento, sendo negociado diretamente pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) com as empresas, com base em planilhas de custos. Permanece, no entanto, a indefinição sobre o que fazer com o gatilho salarial: embora todos os ministros da área econômica sejam contra a manutenção da escala móvel, o Governo ainda não definiu uma alternativa para ele. Mas já há pelo menos uma orientação a ser seguida: o gatilho não muda este mês, pois é justamente o mês do primeiro disparo, e só muda no contexto de um amplo acerto político.

Esses são, em linhas gerais, os re-

sultados das demoradas reuniões mantidas nos últimos três dias pelos ministros João Sayad, Dilson Funaro, e do Trabalho, Almir Pazzianotto. O grande derrotado nessas reuniões foi Funaro, que teve o seu plano de reajustamento imediato da economia descartado pelos outros dois colegas, e pelo Palácio do Planalto. As teses que terminaram prevalecendo foram as formuladas e defendidas, nos bastidores, pelo ministro João Sayad e, publicamente, pelo economista Francisco Lopes, assessor do Ministro do Planejamento.

As propostas de Funaro foram rejeitadas basicamente por quatro motivos: o primeiro é que um realinhamento abrupto dos preços teria um impacto inflacionário de 30 por cento; esse realinhamento poderia levar a novos desacertos de preços posteriores, o que levaria o País a uma hiperinflação estimada em 450 por cento ao ano, segundo a análise do Planejamento.

O segundo motivo foi a questão do câmbio. Um impacto inflacionário dessa natureza implicaria necessariamente numa substancial desvalorização cambial (provavelmente uma máxi), que introduziria novos e fortes componentes de custos na economia, alimentando a inflação, ainda segundo a análise do Planejamento.

A terceira razão é que a proposta de Funaro implicava na substituição

do gatilho por um abono, que na verdade significava um reajustamento geral dos salários, pela média, nos mesmos moldes daquele programa executado em fevereiro de 1986. A questão é que o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, não achava que fosse factível politicamente mudar o gatilho no mesmo mês de seu primeiro disparo; e, depois, não via tecnicamente como estabelecer um abono para categorias que tiveram durante o último ano disparatados aumentos salariais.

O quarto motivo foi que a proposta de Funaro incluía um congelamento dos produtos que entravam no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e no cálculo do Índice de Preços por Atacado (IPA), que é o principal parâmetro para as desvalorizações do câmbio. O Planejamento argumentou que um congelamento de preços seria não apenas tecnicamente difícil, como politicamente complicado e de difícil fiscalização, uma vez que provavelmente não teria o mesmo apoio da população que o Cruzado I recebeu.

Após as várias reuniões com os ministros Sayad e Pazzianotto, e após encontros com o Secretário Particular do Presidente da República, Jorge Murad, o Ministro Funaro terminou recuando de sua posição e aceitou o realinhamento lento e gradual dos preços, esquecendo a tese do abono e do congelamento.